

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

**1.1** Aquisição Cadeiras Longarinas, para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertão E Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

<b>1.2</b>	<b>Requisitante:</b>	Subsecretaria de Atenção Hospitalar
<b>1.3</b>	<b>Fundamentação legal:</b>	Pregão Eletrônico (Art. 28, I) nos termos da Lei nº14.133/21
<b>1.4</b>	<b>Período:</b>	Imediato, com entrega em até 30 dias.
<b>1.5</b>	<b>Tipo:</b>	Menor preço global (Art. 33, I) Lei nº 14.133/21

**1.6** Aquisição de Cadeiras Longarinas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
<b>Código de Despesa: 4.4.90.52.13</b>				
<b>1</b>	Cadeira sobre longarina com 03 lugares tipo “aeroporto”, com estrutura, assentos e encostos em aço inox. Deve suportar 150kg por assento; Largura do assento entre 45cm e 50cm; Profundidade de cada assento entre 39cm e 45cm ; Inclinação do assento de aproximadamente 8°; Apoio de braços anatômicos nos assentos; Largura do apoio de braço entre 2,8cm e 4cm; Altura total do solo entre 74cm e 81cm; Altura do assento ao chão entre 39cm e 42cm;  Espessura mínima do assento e encostos e braços: 1.2mm  Espessura mínima da estrutura: 1.5mm	<b>479089</b>	UND	97



	Assentos e encostos com design perfurado; Toda estrutura, assentos e encostos devem ter tratamento antiferrugem e anticorrosão.			
--	--	--	--	--

**1.7.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022;

**1.8.** O bem a ser adquirido se enquadra na classificação de bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII da Lei 14.133/2021, a ser contratado(a) mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

**1.9.** A presente contratação enquadra-se como fornecimento não-contínuo, sem demanda de caráter permanente.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1. Considerando** que a Lei Municipal nº 4.637/18 (Lei Orgânica de Nova Friburgo) estabelece, em seu Artigo 5º, o direito fundamental à saúde, e que a dignidade da pessoa humana é um dos pilares da República Federativa do Brasil, devendo ser assegurada em todos os serviços públicos;

**2.2 Considerando** que a Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), em seu art. 18, inciso I, exige que as contratações públicas sejam precedidas de estudos técnicos preliminares que demonstrem a real necessidade da contratação, sob a perspectiva do interesse público;

**2.3 Considerando** a necessidade urgente de qualificar e reestruturar as áreas de recepção e espera do Hospital Municipal Raul Sertã (HMRS) e do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro (HMMDC), unidades que registram um elevado fluxo diário de pacientes e acompanhantes;

**2.4 Considerando** que a infraestrutura de assentos atualmente disponível nessas unidades se encontra insuficiente e em avançado estado de desgaste, resultado do uso contínuo e intensivo, não oferecendo o conforto, a segurança e a higiene necessários para um acolhimento adequado;

**2.5 Considerando** que a oferta de assentos adequados, confortáveis e em quantidade suficiente é um componente essencial do **atendimento humanizado**, princípio norteador do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente para pacientes em estado de fragilidade física ou emocional, idosos, gestantes, pessoas com deficiência e crianças, que frequentemente enfrentam longos períodos de espera por atendimento;

**2.6 Considerando** que a ausência de mobiliário apropriado obriga, em muitos momentos, que usuários do sistema de saúde aguardem de pé ou em locais improvisados, o que representa não apenas um desconforto, mas também um risco à segurança, podendo ocasionar quedas e agravar condições de saúde preexistentes;

**2.7 Considerando** que a aquisição de cadeiras do tipo longarina, por seu design e material, facilitará a organização dos espaços, a otimização dos fluxos de pessoas e a higienização dos ambientes, contribuindo para a manutenção de um espaço mais seguro, organizado e profissional, em conformidade com as boas práticas de gestão hospitalar;

2.8 Entende-se, portanto, que a aquisição de cadeiras sobre longarina é uma **medida indispensável** para garantir um ambiente de acolhimento digno, seguro e organizado aos cidadãos que buscam os serviços do HMRS e do HMMDC, alinhando a infraestrutura física da Secretaria Municipal de Saúde aos princípios da eficiência, da humanização, da segurança do paciente e do interesse público que regem a Administração Pública e o Sistema Único de Saúde.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

**3.1. Fundamentação:** Descrição da solução como um todo, em conformidade com o inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021. A solução que se apresenta como mais vantajosa para atender à necessidade da Administração é a aquisição, por meio de licitação, de 97 (noventa e sete) conjuntos de cadeiras sobre longarina, com **fornecimento único e integral** do quantitativo.

3.2 A contratação será realizada por meio de licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, com critério de julgamento de **menor preço global**, em conformidade com o Art. 28, Inciso I, e Art. 29 da Lei nº 14.133/2021. **Não será utilizado o Sistema de Registro de Preços (SRP)**, uma vez que a demanda é específica, o quantitativo é previamente definido e a entrega será realizada de uma só vez, não se justificando a adoção do referido sistema.

3.3 A solução consiste no fornecimento de longarinas de 03 (três) lugares, fabricadas integralmente em **aço inox (estrutura, assentos e encostos)** para garantir máxima durabilidade, resistência à corrosão e facilidade de higienização, características indispensáveis para o ambiente hospitalar. Os produtos deverão apresentar alta robustez, suportando no mínimo 150 kg por assento, e possuir design funcional, seguro e com superfícies perfuradas que evitam o acúmulo de líquidos e resíduos.

3.4 A solução inclui, ainda, a exigência de **garantia mínima de 12 (doze) meses** contra defeitos de fabricação, assegurando a qualidade e a vida útil do mobiliário adquirido.

3.5 Portanto, a solução compreende a **aquisição, com entrega única, de conjuntos de cadeiras sobre longarina em aço inox** para atender à demanda de reestruturação e qualificação das áreas de acolhimento do Hospital Municipal Raul Sertã e do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1.** As longarinas constantes neste Termo de Referência deverão ser entregues sem violação da embalagem, sem deterioração, arranhões, amassados ou qualquer outro fator que possa comprometer seu uso ou qualidade.

**4.2.** Caso os itens apresentem qualquer tipo de dano ou estejam em desacordo com a proposta apresentada pela licitante (especificação, material, dimensões, etc.), caberá à Contratada efetuar a troca, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, se responsabilizando por todas as despesas decorrentes.

**4.3.** A contratação deverá observar os seguintes requisitos de Sustentabilidade, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e no ETP que deu origem a esta licitação: a) Os bens deverão apresentar longa vida útil e baixo custo de manutenção, visando a economicidade a longo prazo. b) Os materiais utilizados na fabricação deverão ser, preferencialmente, recicláveis, para facilitar o descarte ambientalmente adequado ao final de sua vida útil. c) Os materiais empregados na fabricação não deverão conter substâncias tóxicas ou comprovadamente alergênicas, visando proteger a saúde dos pacientes e servidores.

**4.4.** A Contratada deverá cumprir as exigências das regulamentações técnicas aplicáveis, especialmente as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para mobiliário de uso coletivo, garantindo a estabilidade, resistência e segurança dos usuários.

**4.5.** Fornecer todas as partes e acessórios necessários ao completo funcionamento e montagem do bem.

**4.6.** A Contratada deverá fornecer **garantia pelo período mínimo de 12 (doze) meses** para todos os itens, a contar da data do recebimento definitivo.

**4.7.** Visando a manutenção da garantia, será de responsabilidade da Contratada a entrega, o transporte, a descarga e a montagem dos bens nos locais indicados pela fiscalização do contrato.

**4.8.** A Contratada será responsável por vícios ou defeitos de fabricação, bem como por desgastes anormais, obrigando-se a ressarcir os danos e a substituir os elementos defeituosos, sem ônus para a Contratante, dentro do prazo de garantia.

**4.9.** Conceder total garantia quanto à qualidade do material fornecido e efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência.

**4.10.** Durante a vigência do período de garantia, na eventual necessidade de assistência técnica, os custos referentes a frete, mão de obra e material utilizado serão integralmente pagos pela Contratada.

**4.11.** Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o fornecedor classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar catálogos ou material técnico contendo fotos e especificações detalhadas do produto ofertado para fins de verificação de conformidade com o solicitado neste Termo de Referência.

**4.11.1.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema de licitações.

**4.11.2.** Se o material técnico apresentado pelo primeiro fornecedor classificado não for aceito, será

analisada a proposta do segundo classificado, e assim sucessivamente, até a verificação de um que atenda integralmente às especificações.

**4.12.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**4.13.** Da garantia exigida e ofertada.

**4.13.1** Não será necessário a solicitação de garantia para a presente contratação, considerando a natureza do objeto a ser adquirido.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1.** Os itens deverão ser entregues em **parcela única**, no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da nota de empenho.

**5.2.** Caso não seja possível a entrega no prazo acima, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado.

**5.3.** Os bens deverão ser entregues diretamente nas dependências do **Hospital Municipal Raul Sertã (HMRS)** e do **Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro (HMMDC)**, nos locais e quantidades exatas a serem indicados pela fiscalização do contrato no momento oportuno.

**5.4.** As entregas deverão ser realizadas de segunda a sexta-feira, no horário de 09:00h às 16:00h.

**5.5.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 2 (dois) dias úteis, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações.

**5.6.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**5.7.** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceite mediante termo detalhado.

**5.8.** A garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, **12 (doze) meses**, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

**5.9.** A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes e reparos necessários para manter os itens em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus para a Contratante.

**5.10.** Uma vez notificado sobre qualquer defeito, o Contratado realizará a reparação ou substituição do bem no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

**5.11.** O custo referente ao transporte dos bens para reparo ou substituição durante o período de garantia será de total responsabilidade da Contratada.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

**6.3.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**6.4.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

**6.5.** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

**6.6.** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

**6.7.** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

**6.8.** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

**6.9.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.10.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.11.** Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

**6.12.** Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/fiscal substituto.

**6.13.** O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle do fornecimento dos bens e do contrato.

**6.14.** A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

**6.15.** Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

**6.15.1.** Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas do fornecimento dos bens licitados;

**6.15.2.** Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

**6.15.3.** Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

**6.15.4.** Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº 14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

**7.1.** As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ: 11.399.442/0001-79 AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

**7.2.** Os bens deverão ser entregues montados diretamente nas dependências do **Hospital Municipal Raul Sertã (HMRS)** e do **Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro (HMMDC)**, nos locais e quantidades a serem especificados pela fiscalização do contrato.

**7.3.** Da liquidação da despesa:

**7.3.1.** A liquidação será realizada pela Secretaria de Fazenda, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2.493, de 07 de novembro de 2023.

**7.3.2.** Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da

despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº 2.480/2023, o qual dispõe sobre arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte.

**7.4. Do pagamento da despesa:**

**7.4.1.** O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2.493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões de regularidade fiscal e trabalhista da empresa estejam válidas.

**7.4.2.** A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido.

**7.4.3.** Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

**7.4.4.** A Administração Pública poderá, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

**7.4.5** O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

**8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR.**

**8.1.** O fornecedor será selecionado por meio de licitação na modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica, com critério de julgamento de menor preço global, fundamentada através da lei nº 14.133/2021.

**8.2.** Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como: a) SICAF; b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS; c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

**8.3.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**8.4.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**8.5.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**8.6.** O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

**8.7.** Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**8.8.** É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

**8.9.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**8.10.** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**8.11.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**8.12.** Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

**8.12.1. Habilitação jurídica:**

a - Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

f - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

h - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

i - Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

j - Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

k - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **8.12.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

8.12.1.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12.1.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.1.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12.1.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.12.1.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.12.1.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de

declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.1.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12.1.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

8.12.1.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**8.13 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:**

8.13.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.13.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.13.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

**8.12.3. Qualificação Econômico-Financeira:**

8.12.3.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.12.3.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.12.3.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.12.3.4 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.12.3.5 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.12.3.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.12.3.7 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.12.3.8 - Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.12.3.9 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.12.3.10 - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.12.3.11- Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da

contratação ou valor total estimado da parcela pertinente.

8.12.3.12- As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.12.3.13- O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **8.12.4 Qualificação Técnica:**

8.12.4.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.12.4.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.12.4.2.1 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.12.4.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.12.5 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, **quando solicitado pela administração**, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### **9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES**

#### **9.1 Da Contratada:**

A) Atender a todas as solicitações ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

B) Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

- C) Efetuar o transporte, a entrega, a descarga e a montagem dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
- D) Reparar, corrigir ou remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- E) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante quando da entrega do produto;
- F) Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- G) Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato;
- H) Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- I) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- J) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- K) Mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, pelo período de garantia de no mínimo 12 (doze) meses;
- L) Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a Contratante por todo o período de contratação, comunicando imediatamente a Contratante em caso de alteração.

## **9.2. Da Contratante:**

- A) Comunicar à Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- B) Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- C) Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos bens, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

- D) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- E) Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- F) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- G) Prestar à Contratada informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- H) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1.** O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/21.

**10.1.1.** Comete infração administrativa a contratada que:

**10.1.1.1.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;

**10.1.1.2.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**10.1.1.3.** Dar causa à inexecução total do contrato;

**10.1.1.4.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**10.1.1.5.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**10.1.1.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**10.1.1.7.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**10.1.1.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**10.1.1.9.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**10.1.1.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**10.1.1.11.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**10.1.1.12.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**10.2.** Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

**10.2.1.** Advertência;

**10.2.2.** Multa;

**10.2.3.** Impedimento de licitar e contratar;

**10.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**10.3.** Multa compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

**10.4.** Multa moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de atraso na entrega do objeto, até o limite máximo de 10% (dez por cento), o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

**10.5.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

**10.6.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**10.7.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumuladas com multa, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**10.8.** A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

## **11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**11.1.** O custo estimado total da contratação é de **R\$ 189.892,05 (cento e oitenta e nove mil, oitocentos e noventa e dois reais e cinco centavos)**, conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária (Anexo II) anexado aos autos.

## **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**12.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

**Programa de Trabalho**

**Fonte de  
Recursos**

**Natureza da Despesa**

**Órgão/Unidade**

**Orçamentária**

Gestão das Ações em Saúde

do Hospital Municipal Raul Sertã      30001.1030200852.202      1601      449052.14

Gestão das Ações em Saúde      30001.1030200852.203      1601      449052.14  
do Hospital Maternidade

**13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**13.1** Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

**13.2.** Fica eleito o Foro Municipal da Comarca de Nova Friburgo/RJ com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do certame, que não puderem ser solucionados administrativamente.

**13.3.** Este documento foi elaborado tendo como base o modelo disponibilizado na página da Controladoria Geral do Município, no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo.

Nova Friburgo/RJ, 02 de outubro de 2025.

ELABORADOR:	APOIO TÉCNICO:
<hr/> <b>Higor de Barros Pinto</b>	<hr/> <b>Leslie da Conceição Moura</b>
<b>Matr.: 063.344</b>	<b>Matr.: 207.520</b>

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo

**O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

---

**Gabriel Costa Wenderroschy**

**Secretário de Saúde**

**Mat. 063.454**